



pt Notícias Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Manifestação de apoio e solidariedade de Boaventura de Sousa Santos com o Centro de Formação Paulo Freire

AN Original

Manifestação de apoio e solidariedade do professor Boaventura de Sousa Santos ao Centro de Formação Paulo Freire do MST, em Caruaru (Pernambuco/Brasil), que sofre ameaça de despejo por parte do governo Bolsonaro.(...)

Por Boaventura de Sousa Santos



pt Reflexão Anti-Colonialismo

O novo governo Italiano e o tema complexo da democracia dentro dos partidos

AN Original - Alice Comenta

Este artigo faz parte da série Alice Comenta da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.

Por Cristiano Gianolla



pt Reflexão Anti-Colonialismo

Viver em Timor-Leste 20 Anos depois – Das memórias da resistência ao presente das lutas

AN Original

No passado dia 30 de agosto celebrou-se o 20º aniversário do Referendo de Timor-Leste, realizado sobre a égide da ONU, que abriu portas para a restauração da independência do país em 2002. A organização das(...)

Por Marisa Ramos Gonçalves



pt Reflexão Anti-Heteropatriarcado

Conquistas, retrocessos e resistência do movimento LGBTI no Brasil

AN Original

Não tem sido fácil ser mulher lésbica no Brasil! A Organização Não Governamental Grupo Gay da Bahia (GGB), que atua no mapeamento de homicídios contra a população LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais,...)

Por Rute Alonso



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo

Por mar e por terra. O “Decreto sicurezza Bis” e as provas gerais de fascismo social na Itália.

AN Original - Migrating Rights

Este conteúdo faz parte da série "Direitos Migratórios" para assinalar o 70º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Estas contribuições são elaboradas pelo Grupo Inter-Temático sobre(...)

Por Carla Panico



es Notícias Anti-Capitalismo Anticolonialismo Anti-Heteropatriarcado

¿Hacia la mexicanización de Colombia?

AN Original

Início este artículo indicando que el titular pretende ser una provocación, como para mí también lo es la expresión usada en los últimos años acerca de la colombianización de México para explicar las(...)

Por Begoña Dorronsoro



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo

Neoconservadorismo e colonização da crítica social

AN Original

A emergência de novos movimentos conservadores, como fenômeno que afeta as sociedades contemporâneas, assume características particulares em cada contexto social específico. Na Europa, por exemplo, o(...)

Por Luís Fernando Santos Corrêa da Silva



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Les misérables riches II - Moçambique chora e as mulheres já não dormem

AN Original - Alice Comenta

O modelo baseado em mega-projectos e o extractivismo intensivo seguido por Moçambique tem provocado a degradação das condições de vida da maioria da população no que respeita à habitação, trabalho,(...)

Por Teresa Cunha



en Reflection Anti-Capitalism Anti-Colonialism Anti-Heteropatriarchy

Borderization, security and language: ways of 'othering' and 'de-othering'

AN Original - DeOthering

This article is part of a serial by the DeOthering project research team, monthly published in Alice News.

By Olga Solovova



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

As bibliotecas coloniais e o privilégio de omitir o poder. Vale a pena ir além da bibliometria?

AN Original - Alice Comenta

No momento de publicação deste artigo terão passado três semanas do encerramento da quinta edição da Escola de Verão das Epistemologias do Sul. Este curso é parte de uma oferta de formação de curta duração(...)

Por Sara Araújo



es Reflexión Anti-Capitalismo Anticolonialismo Anti-Heteropatriarcado

A 10 años del Golpe de Estado en Honduras: Militarización, Crisis política, económica y humanitaria

AN Original

El éxodo de miles de hondureños, adultos y menores, que huyen de la pobreza, la violencia y la represión continua se ha hecho más visible, desde el 12 de octubre del 2018 cuando una multitudinaria ?caravana?(...)

Por Jessica Fernandez Norales



Facebook

Twitter

YouTube

RSS

Centro de Estudos Sociais Tel +351 239 855 570
Colégio de S. Jerónimo Fax +351 239 855 589
Apartado 3087
3000-995 Coimbra, Portugal alicenews@ces.uc.pt



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

You received this message because you are subscribed to the Alice News Newsletter. If you do not want to receive it again, [click here](#).

Manifestação de apoio e solidariedade de Boaventura de Sousa Santos com o Centro de Formação Paulo Freire

AN Original

2019-09-11

Por Boaventura de Sousa Santos

Manifestação de apoio e solidariedade do professor Boaventura de Sousa Santos ao Centro de Formação Paulo Freire do MST, em Caruaru (Pernambuco/Brasil), que sofre ameaça de despejo por parte do governo Bolsonaro. O CFPF é um espaço de construção de saberes populares, que existe desde 1999, em articulação com diversos outros movimentos sociais e universidades, tanto públicas como privadas. O Centro de Formação Paulo Freire é Patrimônio Popular! “Lutar não é crime!”.

Ver mais:

[Centro de formação do MST em PE sofre com tentativa de despejo](#)

[MST](#)



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

O novo governo Italiano e o tema complexo da democracia dentro dos partidos

AN Original - Alice Comenta

2019-09-10

Por Cristiano Gianolla

*Este artigo faz parte da série **Alice Comenta** da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.*

As críticas à democracia liberal têm vindo a intensificarem-se à medida em que o modelo económico neoliberal expande o seu poder dentro das instituições do estado. Nas últimas três décadas a ciência política e a sociologia têm estudado em profundidade as dificuldades encontradas pelos princípios democráticos nas práticas institucionais. Uma das questões mais focadas é a democracia dentro dos partidos. [Aguiló](#) analisou como esta questão foi central dentro dos movimentos sociais no início da década de 2010, como é o caso de [Que se lixe a troika](#), [Indignados](#), [Occupy](#), etc., e outros que se manifestaram em várias regiões do mundo contra a falta de representatividade da população nas instituições.

Pode parecer evidente que mais democracia dentro dos partidos se reverta numa maior qualidade democrática. Contudo, [Cross e Katz](#) estudaram a complexidade desta questão mostrando como não é possível simplificar esta expectativa através de uma indubitável equação que maior participação leva a mais democracia. Isto tem que ver com o papel específico dos partidos num dado contexto institucional, social, político e económico, mas também com questões como: que aspetos das atividades partidárias devem ser incluídos nas determinações democráticas (a seleção das candidatas, a definição da estrutura do partido, a linha política do partido, a decisão sobre políticas públicas específicas etc.)? Que valores democráticos devem ser priorizados (representatividade das diversidades ou participação individual)? Quem deve ter poder na tomada de decisões (poucas pessoas bem informadas e experientes ou todas aquelas que querem participar)? Quais são os custos e benefícios de diferentes modelos de democracia interna nos partidos (qualquer modelo privilegia alguns aspetos e sacrifica outros)?

São questões que não só não terão uma resposta unívoca a nível filosófico, como dificilmente se apresentarão com uma explicação definitiva num determinado contexto político, visto que as variantes são dinâmicas. Vale a pena centrar-se em casos específicos e fazê-lo em relação a contextos políticos concretos. Ainda assim não teremos respostas aplicáveis em geral, mas poderemos ponderar esta questão com maior proximidade. Vou, portanto, propor algumas breves reflexões sobre a recente formação do governo Italiano no início de setembro 2019, um caso interessante porque inclui também um dos partidos que emergiram entre finais da década passada e início da presente, favorecido pelo descontentamento contra o *establishment* político.

Em agosto 2019, o leader da Liga, Matteo Salvini, denunciou Giuseppe Conte, o primeiro ministro do governo que ele próprio integrava, e provocou uma crise política esperando chegar rapidamente a eleições antecipadas e poder, assim, capitalizar o consenso eleitoral que as sondagens projetavam entre 35 e 38 por cento. Diferentemente do auspiciado por Salvini, o outro partido de governo, o Movimento 5 Estrelas (M5S), conseguiu formar um novo governo com o Partido Democrático (PD) após uma longa e difícil negociação, evitando assim as eleições. Enquanto a antiga aliança entre M5S e a Liga era marcadamente identificada à direita, a aliança entre M5S e PD é substancialmente marcada à esquerda. Trata-se duma mudança que o M5S defende enquanto partido pós-ideológico, mas que reforça os conflitos existentes entre as diferentes orientações políticas no partido. Para evitar problemas de legitimidade, assim como tinha sido feito na hora de aprovar o 'contrato de governo' com a Liga, a liderança do M5S decidiu que a avaliação da aliança com o PD, sob Conte, fosse dada pela própria membership, ou seja, pelas pessoas inscritas na plataforma participativa e privada do partido, chamada

de Rousseau. Frente a um momento de profunda crise política, e de possíveis repercussões económicas que a Itália poderia vir a enfrentar, foram muitas as vozes que acharam problemático que o governo fosse formado pela decisão da plataforma Rousseau. Outras pessoas criticaram a diferença de substância entre votar pela aprovação dum contrato pormenorizado (com a Liga), e agora por uma aliança baseada apenas em temas gerais, com o PD.

O ano passado publiquei um estudo analisando o modelo da tomada de decisões do M5S e a relação entre a base e centro do partido. Realço que os pontos fracos deste sistema não só têm que ver com o poder da liderança a partir de quando, como e de que forma abrem as votações no processo de decisão, mas também com a influência da mesma na decisão final. De facto, neste caso, como no passado, houve uma manifestação generalizada a favor da aliança com o PD, a partir do fundador do M5S, Beppe Grillo, sendo o resultado da consulta de 79.3% a favor da formação do governo. Penso que estes pontos fracos mostram como não é possível igualar maior participação com mais democracia. Considero, portanto, que quem infere que o M5S tenha chegado a esta decisão com um voto dos membros, não pode exigir que a mesma coisa seja feita pelo outro partido de governo - o PD que não tem uma infraestrutura de tomada de decisões apropriada. Mas o contrário é igualmente válido: como pode o PD exigir que o M5S tenha chegado a uma decisão deste tipo, usando um modelo de tomada de decisões puramente centralista como o seu, baseado numa estrutura de partido escalar que o M5S não tem?

Uma das críticas feitas era: o que acontece se a base do M5S não aprovar a formação do governo? Será correto que o voto atomizado (enquanto baseado na preferência individual) de pouco mais de cem mil pessoas numa plataforma online decida se um país deve ou não ter um governo? A mesma pergunta vale ao contrário: será correto que a direção de um partido (se não o seu secretário geral sozinho), tome esta decisão? Eu penso que estas perguntas não têm respostas definitivas, assim como não é possível definir qual dos dois modelos seja o mais democrático. Parece-me que estas questões pertencem ao domínio da política e, como tais, devem ser respondidas com configurações diferentes. Mas, de que forma é que isto não colide com a necessidade de aumentar a qualidade da democracia?

Quero acreditar que a emergência destas questões seja em si um aspeto positivo da vida democrática duma comunidade política. Certamente que o M5S não tem uma democracia interna perfeita e exemplar, mas faz surgir no debate público questões que o próprio sistema de partidos deve considerar cada vez mais. Enquanto os modelos de democracia interna nos partidos evoluem, é fundamental que o debate sobre estes temas permaneça vivo e que abranja esferas institucionais a todos os níveis, inclusive o governamental.



Sala do Conselho dos Ministros (Palazzo Chigi, Roma), Fonte Wikipedia.otg

Na hipótese de conseguir um modelo participativo mais avançado, deveria a *membership* dos partidos poder não apenas decidir sobre a constituição duma aliança, mas também sobre outros aspetos tais como: a composição do executivo e as prioridades democráticas? Não implicaria isto uma gestão completamente diferente da comunidade política que resulta inverosímil? Além dos obstáculos relativos aos tempos longos de tomada de decisões participativas contra os tempos curtos das decisões políticas, existem as perdurantes questões de inclusão democrática relativas às questões sociais de classe, género, sexo e (não)cidadania, e também de disponibilidade, vontade e aptidão à participação das e dos cidadãos a estes processos. E por fim: é desejável que todas e todos decidam sobre tudo, inclusive sobre questões que implicam um saber especializado? Surge, porém, a pergunta basilar: estas dificuldades não existem igualmente em relação às eleições políticas e administrativas ou em relação a referendo?

Aqui chegamos a um ponto central do debate: na democracia votar corresponde a decidir, mas a decisão é qualitativamente melhor se informada por um conjunto de situações e dinâmicas que acabam por ser simplificadas num voto entre poucas opções, muitas vezes apenas entre duas. Uma das razões do crescimento dos fenómenos populistas reside, de facto, nesta redução essencialista da complexidade do real a uma decisão simples (o voto), descontando o facto que o processo informativo passa pela demagogia do discurso político. Isto baseia-se na ideia da delegação nos representantes institucionais

que despolitiza o resto da população, sem prejuízo dos instrumentos institucionais, para manter a delegação num domínio controlado. A democracia, desta forma, caracteriza-se pela demagogia, que conjuga os fatores da complexidade participativa em proveito de interesses particulares. Assim sendo, deverá articular-se com formas participativas que possam contribuir para diferenciar o 'domínio controlado' das instituições com a contribuição da população que detém o poder decisivo nominal. Neste sentido, deve haver uma busca constante pela democracia dentro partidos, que será tanto maior quanto mais permitir à população contribuir e ser efetivamente relevante (não meramente votando) para a definição da vida democrática da instituição.



Cristiano Gianolla é investigador Post-doc no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. Os seus interesses de pesquisa estão na interseção dos estudos interculturais, da democratização e pós-coloniais. Atualmente integra a equipe de pesquisa do projeto ECHOES (H2020) e integrou a equipe de pesquisa do projeto ALICE (ERC 2011-2016). É Autor de dois livros e de varios artigos científicos.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Viver em Timor-Leste 20 Anos depois – Das memórias da resistência ao presente das lutas

AN Original

2019-09-04

Por Marisa Ramos Gonçalves

No passado dia 30 de agosto celebrou-se o 20º aniversário do Referendo de Timor-Leste, realizado sobre a égide da ONU, que abriu portas para a restauração da independência do país em 2002. A [organização das comemorações](#) teve como objetivos principais celebrar o caminho percorrido pela jovem nação e reconhecer o trabalho da extensa rede de solidariedade internacional, tendo diversos representantes oficiais e activistas internacionais visitado o país. Para além disso, foi a data escolhida para a troca de notas diplomáticas entre Timor-Leste e a Austrália para a ratificação do novo tratado das fronteiras marítimas, depois de um longo período de disputas.

Durante esta semana e a próxima o [Canal CES divulga as sessões do Colóquio "Memórias, Arquivos e Conhecimento – 20 Anos da Consulta Popular de Timor-Leste"](#) que decorreu a 24 de junho no CES Lisboa, uma organização conjunta entre o [Centro Nacional Chega!](#) e o CES. Desde 2017 que este centro iniciou as suas atividades nas áreas de preservação da memória, educação das novas gerações, reconciliação e solidariedade com os sobreviventes mais vulneráveis do conflito, tendo como missão divulgar as recomendações do [Relatório Chega!](#), publicado pela Comissão Acolhimento, Verdade e Reconciliação em 2005. Uma das sessões conta com um conjunto de testemunhos de Timorenses de várias gerações, a viver no país e na diáspora, sobre as suas vivências durante os meses que antecederam o anúncio da Consulta Popular da ONU em agosto de 1999, no seu decorrer e até à chegada da Força de paz INTERFET ao país.

Depois de 24 anos de resistência contra a ocupação da Indonésia nas montanhas, nas vilas e cidades do território e na diáspora, as e os Timorenses viram a possibilidade de votar pela autonomia especial dentro do território da Indonésia ou pela sua rejeição (independência), encarando-a com um misto de alegria e ansiedade. Os [massacres e perseguições](#) aos apoiantes do Conselho Nacional de Resistência Timorense (CNRT) e contra a população civil começaram no início de 1999 e resultaram em cerca de 1500 mortos. Grupos milicianos, com Timorenses armados e treinados pelos militares indonésios (TNI), perpetraram vários massacres e forçaram a deslocação de 250.000 pessoas para Timor Ocidental, depois do anúncio dos resultados do referendo no dia 4 de setembro. Apesar disso, 98,6% dos votantes afluíram às urnas, fugindo para as montanhas logo em seguida. Nos dias que se seguiram, com o anúncio da vitória da independência (78,5%), a campanha de terror estendeu-se pelo território e resultou na destruição de 70% das infraestruturas do país. O ataque aos refugiados na [Igreja do Suai](#) fica guardado na memória como um dos mais sangrentos, envolvendo violações de mulheres, mortes de crianças e a execução de cerca de 200 pessoas.

Como é viver em Timor-Leste 20 anos depois, sob o espectro destas perdas humanas irreparáveis e com uma primeira geração de Timorenses já nascida depois do Referendo de 1999?

O conto *Tuu ho Bua-malus Been* (Voto com betel e areca, 2017) do poeta Dadolin Murak, narra a história de uma mulher que vai votar nas últimas eleições legislativas e que cospe no boletim de voto o líquido vermelho da masca (*Bua-malus been*). A [prática timorense Mama bua-malus](#) expressa sentido de partilha em família e comunidade. Neste acto de protesto dirigido aos governantes, ela mancha de vermelho o boletim de voto em representação do sangue vivo do seu filho morto pelas milícias a seguir ao referendo, desta forma exigindo justiça pelo seu desaparecimento. Esta é uma reivindicação frequentemente proferida em Timor-Leste para dar conta da insatisfação das pessoas com os problemas que prevalecem no país, lembrando que esta é [“uma nação comprada com o sangue”](#) de muita gente.

O país que nasceu da destruição massiva em 1999 tem dado passos significativos na manutenção da paz, constituição de instituições de estado, processos de reforma legislativa, ratificação e implementação de várias convenções da ONU, implementação de medidas de igualdade de género nas instituições do estado, na criação de um fundo petrolífero, garantia de liberdades, com destaque para a liberdade de imprensa, sendo considerado o país mais livre na região do Sudeste Asiático. O caminho percorrido é imenso, sendo a maior concretização, sem dúvida, a possibilidade de viver em liberdade e em paz, depois da longa colonização portuguesa, a ocupação japonesa e nova colonização pela Indonésia.



Em Timor-Leste cerca de 70% da população tem menos de 25 anos| Fotografia: Marisa Gonçalves

No entanto, as críticas apontam para o aumento da desigualdade entre os mais ricos e os pobres, elevadas taxas de subnutrição infantil, reduzidos investimentos em serviços básicos de acesso à água, saneamento básico e saúde, uma economia dependente das receitas do petróleo, fracos desenvolvimentos na área da agricultura, turismo e educação, elevadas taxas de desemprego, em particular entre os mais jovens, que representam cerca de 70% da população do país.

As nuvens ameaçadoras no horizonte levam muitas/os Timorenses, incluindo a geração mais jovem, a questionar a direção das políticas do país e a adoptar uma postura crítica das políticas governamentais excessivamente focadas, a seu ver, em megaprojetos e infraestruturas da indústria petrolífera sem garantias de sustentabilidade.

Por outro lado, as memórias de outras lutas e do activismo por direitos e dignidade continuam a influenciar ideias contemporâneas de justiça e direitos em Timor-Leste, em particular entre a *gerasaun foun*, educada durante o período indonésio, e a mais jovem *gerasaun independência* que viveu os primeiros anos da independência. A “memória exemplar”, memória que é mobilizada como princípio para acção no presente de que nos falava Tzvetan Todorov, é, não raras vezes, um traço das lutas contemporâneas em Timor-Leste. Exemplo disso é a reivindicação dos direitos aos recursos naturais na disputa com a Austrália, invocando as lutas passadas pela independência do país.

Nesse sentido, várias iniciativas de grupos de ativistas locais celebraram no Festival Solidariedade os 20 anos do Referendo, lembrando outras lutas pela independência no Sahara Ocidental, na Papua Ocidental e as lutas contra interesses das indústrias extrativas na Austrália. Numa altura em que as notícias relatam a violência exercida pelo exército Indonésio contra manifestantes pró-independência no território da Papua Ocidental, torna-se difícil não encontrar paralelos entre a situação de Timor-Leste de há 20 anos atrás e a situação presente deste antigo território colonizado pela Holanda. Em Timor-Leste, estudantes, ativistas e membros da sociedade têm manifestado o seu apoio ao movimento, apesar da Polícia Nacional timorense ter proibido manifestações durante o dia das comemorações do referendo.

Outro protesto, agendado para o dia 30 de agosto pelo *Movimento Kontra Okupasaun Tasi Timor* (Movimento Contra a Ocupação do Mar de Timor), visou o primeiro-ministro australiano de visita ao país e o atual processo judicial movido contra o advogado Benard Collaery e a *Witness K*, um funcionário dos serviços secretos australianos delator num processo sobre espionagem durante as negociações do mar de Timor. Estando Timor-Leste e a Austrália a fazer progressos significativos na resolução de disputas em torno da partilha de recursos petrolíferos, este caso continua a ser “uma pedra no sapato” das boas relações entre os dois países.



Festival Solidariedade em Dili manifesta apoio a movimentos independentistas/ Fotografia :Rogério Sávio

Timor-Leste celebra, por isso, a resiliência de um povo que resistiu a vários regimes coloniais e ciclos de violência extrema, afirmando teimosamente a sua vontade de independência contra as premonições de ser demasiado pequeno e frágil e de ter países poderosos como os EUA e Austrália ao lado do exército e governo da Indonésia. Contou com uma extensa rede de solidariedade internacional que mobilizou opiniões públicas, envolveu políticos e diplomatas, várias Igrejas, do Japão ao Sri Lanka, de Moçambique a Portugal, ao Canadá. A geração mais jovem, que não integrou a luta da resistência, enfrenta hoje lutas igualmente difíceis contra as novas faces do colonialismo, pela defesa dos seus direitos essenciais à educação, saúde e a uma vida mais digna.



Marisa Ramos Gonçalves é investigadora do CES, bolsista Marie Sklodowska-Curie/ Widening num projeto que investiga a solidariedade entre Moçambique e Timor-Leste na luta pela independência, em particular na área da educação. É membro do Conselho Consultivo Internacional do Centro Nacional Chega!, instituto de memória de Timor-Leste. Foi docente e investigadora visitante na Universidade Nacional Timor Lorosa'e entre 2007 e 2012.



EPISTEMOLOGIAS DO SUL



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



Universidade de Coimbra - Alta e Sofia
inscrito no Livro do Património Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como original licenciados de acordo com a fonte.
 Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
 Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Conquistas, retrocessos e resistência do movimento LGBTI no Brasil

AN Original

2019-08-29

Por Rute Alonso

Não tem sido fácil ser mulher lésbica no Brasil! A Organização Não Governamental Grupo Gay da Bahia (GGB), que atua no mapeamento de homicídios contra a população LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexo), indicou que, em 2018, tivemos 420 mortes de LGBTI neste país (320 assassinatos e 100 suicídios). Ainda, de acordo com ONG Transgender Europe (TGEU), o Brasil é o país que mais mata pessoas transexuais.

Contudo, apesar de tanta violência, na última década tivemos importantes conquistas e ampliação de direitos e espaços para a população LGBTI na sociedade brasileira.

Em 2011, por exemplo, conquistamos, por meio de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, o direito de registrar a união estável entre casais homoafetivos. Em 2013, os cartórios brasileiros passaram a ser obrigados a realizar a conversão de uniões estáveis homoafetivas em casamento civil. Em 2018, pessoas transgênero passaram a ter o direito de alterar prenome e gênero diretamente no cartório, se assim o desejarem, independente de cirurgia de redesignação ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes.

Em junho de 2019, comemoramos a mais recente conquista de direitos da população LGBTI no Brasil, advinda de decisão do Supremo Tribunal Federal, que é a criminalização da homolesbotransfobia, com a inclusão desta na lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Além destas conquistas em âmbito do Poder Judiciário, podemos citar algumas conquistas do Poder Executivo, onde há grandes possibilidades de atuação no combate e prevenção da violência contra a população LGBTI, por meio de investimento no desenvolvimento de Políticas Públicas que promovam a vida digna desta parcela da população. Assim, podemos citar a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) que tem por objetivo promover a saúde integral LGBT, buscando eliminar a discriminação e o preconceito institucional, bem como contribuir para a redução das desigualdades e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) como sistema universal, integral e equitativo.

Ademais, o Processo Transsexualizador, em que pese haja poucas vagas disponíveis, é realizado gratuitamente pelo SUS garantindo o atendimento integral de saúde às pessoas transexuais, incluindo acolhimento e acesso com respeito aos serviços de Saúde, desde o uso do nome social, passando pelo acesso à hormonioterapia, até a cirurgia de adequação do corpo biológico à identidade de gênero e social.

Diante destas conquistas, recordamos a socióloga Heleieth Saffioti para tentarmos entender os altos índices de violência contra as LGBTI. Pois bem, para ela, a violência de gênero consiste em um padrão específico de violência baseada na hierarquia e na desigualdade de lugares sociais sexuais, que subalternizam as mulheres, ampliando-se e tornando-se atual, de forma diretamente proporcional à ameaça ao poder masculino. Quanto mais esse poder patriarcal é ameaçado, mais forte é a reação contrária, no sentido de manter a ordem como está, na tentativa violenta de barrar direitos e conquistas.

Dessa forma, os retrocessos podem ser percebidos como uma reação às conquistas de direitos. Assim, é bastante emblemática a eleição de Jair Bolsonaro como presidente, apesar de seu histórico de posicionamentos homofóbicos durante toda sua trajetória política.

Damares Alves, atual ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, na cerimônia de transmissão de cargo do Ministério, declarou que o Brasil estava entrando em uma nova era e que, a partir daquele momento, em suas palavras: “Menino veste azul e menina veste rosa!”.

Desta forma, o Brasil governado por Bolsonaro tem demonstrado que a população LGBTI não é muito bem-vinda nesta “nova era”. Por exemplo, ao estabelecer a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, em seu primeiro ato como presidente, a população LGBTI não foi mencionada nem uma única vez.

Ainda, marcando os retrocessos, não podemos nos esquecer de Marielle Franco. Ela era mulher negra, da favela, mãe, bissexual, socióloga, vereadora eleita pelo Rio de Janeiro, que dedicou sua vida a lutar contra a desigualdade e pelos direitos das mulheres, do povo preto, da favela, das pessoas LGBTIs e de todas que viviam qualquer forma de opressão. Em 14 de março de 2018, ela foi covardemente assassinada em um atentado ao carro onde estava. Foram disparados 13 tiros que atingiram o veículo e mataram, também, o motorista Anderson Pedro Gomes. Até hoje não temos resposta à pergunta: Quem mandou matar Marielle?

Tampouco podemos deixar de mencionar a renúncia do ex-deputado federal Jean Wyllys, que precisou desistir de tomar posse do seu terceiro mandato em decorrência das sistemáticas ameaças de morte que vinha sofrendo e, para preservar sua vida, decidiu estabelecer residência fora do Brasil. Durante seus dois mandatos, Jean Wyllys sofreu inúmeras discriminações homofóbicas por parte do atual presidente e de seus filhos.

No entanto, nossa história da busca por direitos é feita de muitas lutas, mobilização social e resistência. Ela está marcada pelo derramamento de muito sangue, suor, lágrimas e, infelizmente, em muitos casos, pela perda da vida de ativistas que, ao longo da história, denunciaram as violências sofridas, sobretudo pelo Estado, e que resistiram buscando formas de construir uma sociedade mais inclusiva na qual as vidas das pessoas LGBTI importem tanto quanto qualquer outra vida.

Relembramos a resistência de pessoas LGBTI na época da ditadura brasileira (1964-1985), que ocorreu de fato, embora Bolsonaro a negue. Durante este período foram torturadas mais de 20 mil pessoas e outras 434 foram mortas ou desapareceram às mãos dos militares. Essa resistência permitiu que, ao final dos anos 70, grupos de pessoas LGBTI se unissem à luta pela redemocratização, contra a opressão do Estado e pela ampliação de direitos. Por isso, durante a Assembleia Nacional Constituinte, em 1988, houve a participação ativa de movimentos LGBTI, coordenados pelo grupo Triângulo Rosa, com a finalidade de apresentarem as demandas específicas de direitos da população LGBTI. Contudo, além da igualdade entre homens e mulheres, poucas foram as conquistas legais das pessoas LGBTI junto aos parlamentares naquela ocasião.

Porém, os movimentos LGBTI permaneceram na luta e conseguimos ampliar a representatividade de pessoas LGBTI na sociedade. Por exemplo, em 2018 houve um aumento de quase 386% no número de candidatos e candidatas LGBTI para o Poder Legislativo estadual e federal em relação às eleições de 2014. Tivemos 160 candidaturas LGBTI, que resultaram na eleição de 08 pessoas no Brasil todo, sendo que 06 delas estão ocupando as Assembleias Legislativas de São Paulo, Distrito Federal e Pernambuco, 01 deputado federal e 01 senador. Dentre estes, podemos citar Erica Malunguinho da Silva, que foi eleita a primeira mulher trans a ocupar uma cadeira na conservadora Assembleia Legislativa de São Paulo, o que é um marco muito importante para o país.

Além disso, o aumento de representatividade da população LGBTI se expandiu não se limitando ao campo político-partidário. Temos hoje diversos nomes com projeção local, nacional e internacional nos campos cultural, artístico, esportivo, acadêmico, científico etc.

Assim, sem dúvida, nossos direitos e representatividade foram conquistados com muita luta e, para mantê-los e, também, ampliá-los, seguiremos lutando e resistindo como temos feito ao longo de toda nossa história pois, é somente através da nossa resistência coletiva que vamos continuar avançando na efetivação dos direitos formalmente conquistados para seguirmos vivas e construindo uma sociedade mais justa e igualitária, para que o Brasil deixe de figurar em altas posições nas estatísticas de assassinatos de pessoas LGBTI.



Rute Alonso, advogada, feminista, lésbica. Vice presidenta da União de Mulheres de São Paulo e co-coordenadora das Promotoras Legais Populares. Coordenadora de um Centro de Defesa e Convivência de Mulheres na periferia de São Paulo. Amante de livros, cães e gatinhxs, mãe do coração de uma menina curiosa.

Por mar e por terra. O “Decreto sicurezza Bis” e as provas gerais de fascismo social na Itália.

AN Original - Migrating Rights

2019-08-22

Por Carla Panico

Este conteúdo faz parte da série "Direitos Migratórios" para assinalar o 70º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Estas contribuições são elaboradas pelo Grupo Inter-Temático sobre Migração (ITM), do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Esta notícia espelha o turbilhão legal que Itália conhece sobre a questão migrante. Há poucos dias, a 5 de Agosto – não por acaso, em plenas férias de verão em Itália - o Parlamento italiano votou pela aprovação do “Decreto Sicurezza Bis”. Trata-se de um conjunto de normativas legais, elaboradas e defendidas pelo atual ministro do interior - Matteo Salvini – que celebrou a aprovação agradecendo a Nossa Senhora. Este projeto lei conheceu também o apoio pleno do partido de Salvini – a “Lega” (antigamente chamada de “Lega Nord”) –, um projeto que contou com o apoio parlamentar do Movimento Cinque Stelle (M5S), conhecido por ser um “anti partido” de matriz populista, que partilha o controlo do Governo italiano com a Lega.

O Decreto Sicurezza Bis não chega no vazio, desligado da gestão política e administrativa de Itália. Com efeito o país está a mover-se cada vez mais rumo a uma hegemonia da extrema direita xenófoba, racista e sexista. Desde as eleições políticas do março 2018 que o partido de Salvini, o terceiro mais votado, conseguiu formar um governo em coalizão com o M5S. Desta associação resultou a crescente hegemonia da Lega, mais que confirmada ao longo do último ano. De acordo com os resultados das eleições europeias do Maio 2019, a Lega Norte tornou-se oficialmente no maior partido italiano.

A hegemonia Salviniana assenta na reconstrução de um sentimento nacionalista e suprematista branco, tendo como elemento aglutinador a construção do perigo da “invasão” dos e das migrantes que cruzam o Mediterrâneo. Outro elemento fundamental do projeto política da Lega assenta na “renovada” identidade a partir de uma construção artificial duma identidade homogénea – o cidadão italiano de bem e “soberano”, o seja o homem branco, cis, hétero e dono dos seus meios. Esta referência ‘nacional’ identitária é excludente de todas “as alteridades” determinadas pelo género, a raça, a pertença geográfica, social e política. O partido de Salvini, nascido como movimento localista pela independência do Norte Itália face à “barbárie” do Sul “preguiçosa, criminal e símbolo do atrasado”, alterou recentemente o seu nome, com o objetivo de transformar-se em partido Nacionalista, podendo assim “incluir” os que, também no “sul interno”, se identificam com este projeto de guerra a todos os supostos inimigos da Nação italiana.

O “Decreto Sicurezza bis” – que, três dias depois da votação no Senado, foi já ratificado pelo Presidente da República italiana – é um sinal fundamental e dramático da afirmação desta hegemonia securitária e extremista. Com efeito, estes procedimentos legais regulam, de maneira “inovadora”, dois aspetos da “segurança pública” do país: o resgate marítimo no Mediterrâneo e todas as manifestações políticas.

Por mar

Aperfeiçoando o processo de criminalização das ONGs que atuam no Mediterrâneo, resgatando migrantes – processo que, importa lembrar, não é unicamente apoiado pela extrema direita, pois foi também promovido pelo governo anterior, do Partido Democrático – o Decreto Sicurezza Bis torna praticamente impossível o resgate de pessoas que cruzam o mar, inclusive em caso de naufrágio ou risco de morte.

O governo italiano dispõe agora, através destes instrumentos legais, da legitimidade legal necessária para proibir a chegada de qualquer navio ao espaço marítimo italiano, sem necessitar de dar qualquer explicação. Por exemplo, neste momento Salvini está impedindo a chegada de dois navios de ONGs, que trazem um total de 500 pessoas resgatadas. A justificação dada pelo ministro de tutela sobre o

encerramento dos portos é que cerca 300 pessoas podem ser reenviadas para a Líbia, afirmando que não aceita receber “os que foram visitados pelo miliardário Richard Gere”.

Outro elemento fundamental deste conjunto de leis é que o/a capitã de um navio humanitário que for apanhado violando esta proibição – ou seja, que decida entrar em águas italianas para levar as pessoas resgatadas a um porto seguro - pode ser objeto de punição económica - uma multa que pode ir até um milhão de euros, assim como enfrentará a prisão imediata. Todavia, isto significaria que o Estado italiano ficaria automaticamente dono de qualquer navio confiscado neste processo e teria o direito a vendê-lo ou destruí-lo depois de dois anos. Este nível de punição – não unicamente o risco penal, mas também a punição económica, que, de facto, destruirá a possibilidade de sobrevivência de qualquer organização humanitária – procura desincentivar qualquer tentativa de resgate, tornando-o, na prática, impossível.

Por terra

Do ponto de vista do direito de manifestação, este Decreto prevê um aumento das sanções de todas as infrações relacionadas com manifestações políticas. Em primeiro lugar, qualquer crime punido pela constituição italiana é automaticamente agravado se fora cometido durante ou num acto relacionado com uma manifestação política. É particularmente problemático o crime de “resistência às autoridades” – crime que normalmente é imputado as manifestantes e ativistas que se defendem das situações de violência policial durante as manifestações. Infelizmente trata-se de uma realidade muito frequente num país que é conhecido pelas altas taxas de abusos cometidas pelas forças de defesa e segurança públicas.

Igualmente, este decreto prevê o aumento das punições nos casos de ofensa a figuras políticas e a instituições “individuais e coletivas”. Este agravamento não especifica os casos em que o dissenso pode ser considerado ofensivo de forma juridicamente punível, deixando uma grande latitude de interpretação às instituições, prevendo até quatro anos de prisão imediata. No contexto atual, onde as contestações aos comícios de Salvini se estão a multiplicar por toda a Itália – particularmente no Sul, onde Salvini está a levar a cabo o seu “Beach tour” de verão – é de antecipar o aumento das repressão legitimadas por parte das forças públicas.

As consequências deste Decreto nas vidas das pessoas que cruzam o Mediterrâneo vão ser terríveis e provavelmente difíceis, ainda, de avaliar quanto às suas repercussões. De qualquer forma este Decreto vai afetar profundamente as formas de organização política, de ativismo e militância e as pessoas nelas envolvidas.

O Decreto Sicurezza Bis, apesar de ter sido assinado pelo Presidente da República, que simboliza o garante da constituição italiana, espelha uma óbvia violação de todos os compromissos internacionais, sobre o direito marítimo e sobre os direitos humanos - seja o direito à vida, ou o direito à oposição política. Alguns juristas italianos defendem que um recurso, uma vez chegado ao Tribunal Constitucional – o tribunal supremo que garante a compatibilidade das leis face à Constituição do Estado italiano – tornará impossível a aprovação deste Decreto. Esta interpretação jurídica deixa entrever algumas dúvidas sobre a eventualidade deste operação ter sido pensada por Salvini para poder, depois, denunciar a “parcialidade” dos órgãos constitucionais e obter mais legitimidade para governar com mais força e poder mesmo alterar a Constituição.

Dois dias após a aprovação do Decreto, Salvini apresentou uma “moção de desconfiança” ao governo atual, rompendo a aliança com o M5S – movimento que foi claramente instrumentalizado por Salvini para chegar ao governo e aprovar este decreto – e pedindo novas eleições políticas. No mesmo dia Salvini anunciou a sua candidatura a Primeiro Ministro, apelando aos italianos para lhe conferirem “plenos poderes”. Convém lembrar que esta mesma expressão foi utilizada por Benito Mussolini quando chegou ao poder, liderando um governo fascista.

A crise de governo não está ainda resolvida e não é certo se e quando haverá novas eleições; os próximos dias de verão vão conhecer várias tentativas de transformação política das instituições italianas que, embora mantenham a forma democrática, estão comprometidas com um regime de governo autoritário; um governo fascista baseado na repressão das instâncias de democracia radical, encarnadas pelo movimentos de dissenso, apostado na construção do inimigo a odiar e a eliminar. Um ‘outro’ que é definido, em larga medida, em função das categorias de género e raça defendidas pelo nacionalismo europeu contemporâneo.



Carla Panico é doutoranda no Programa Doutoral em Poscolonialismo e Cidadania Global. É mestre em História Contemporânea pela Università di Pisa, em Itália. Formou-se no âmbito do poscolonialismo e do operismo italiano. Na sua tese de mestrado, utilizou as ferramentas destas perspetivas de pensamento crítico para reanalisar a *Questione Meridionale* de Antonio Gramsci. Os seus interesses de estudo estão relacionados com a produção do Sul internos ao Norte global, principalmente em relação ao espaço euro-mediterrâneo contemporâneo, aos fenómenos migratórios e aos movimentos sociais que o atravessam. É militante nos movimentos italianos contra a crise económica desde o ciclo de lutas de 2008; é ativista contra as fronteiras e pelos feminismos interseccionais. Escreveu pelo jornal diário italiano “Il Manifesto”; colabora com o site de informação independente dinamopress.it e com o coletivo de investigação euronomade.info.

¿Hacia la mexicanización de Colombia?

AN Original

2019-08-16

Por Begoña Dorronsoro



Inicio este artículo indicando que el titular pretende ser una provocación, como para mí también lo es la expresión usada en los últimos años acerca de la colombianización de México para explicar las violencias en uno y otro país. Sin negar la posibilidad de ciertas semejanzas y nexos, no se pueden negar ni olvidar las diferencias y particularidades de cada contexto histórico, social, político, geográfico, étnico, colonial... Sería igual de poco afortunado hablar de una colombianización de Brasil para explicar el incremento de las represiones y asesinatos de líderes sociales como Marielle Franco por parte de elementos asociados a milicias paramilitares; el recrudecimiento de las políticas de muerte y exterminio contra los pueblos indígenas, afros, quilombolas...; la persecución y estigmatización de las luchas feministas y LGTBIQ+ con estrategias ya usadas en Colombia, pero también en Perú, Costa Rica... Cada contexto interno de cada uno de estos lugares añadido a los intereses y poderes en juego de capitales transnacionales aliados de gobiernos y élites corruptas ya explican gran parte de esas violencias. Lo que me interesa en este punto es reflexionar acerca de los intereses y poderes en juego detrás del señalamiento que por diferentes motivos se procura resaltar en los últimos meses en Colombia desde el cambio de gobierno hacia unas conexiones y alianzas con asociaciones criminales mexicanas al interior del país, retomaré este tema en la parte final.

Pero además quisiera indicar que esta reflexión escrita la inicié pensando y re-pensando en torno al 9 de agosto, conmemorando un año más la fecha que rememora la primera reunión en 1982 del Grupo de Trabajo sobre Poblaciones Indígenas de las Naciones Unidas, y que desde 1994 con motivo del Decenio Internacional de los Pueblos Indígenas quedó señalada como día internacional de los pueblos indígenas. Desde entonces se ha convertido en una de las fechas para visibilizar las luchas y resistencias de estos pueblos frente a las masacres, los asesinatos, los desplazamientos forzados y todo tipo de explotaciones, discriminaciones y violencias de las que siguen siendo objeto. Y este 9 de agosto de 2019 no ha sido una excepción. En Brasil las mujeres indígenas han convocado a una primera marcha nacional entre el 9 y el 14 de agosto, enlazando los últimos días con la Marcha das Margaridas (que ya cumple su sexta edición cada 4 años desde el año 2000, reuniendo a mujeres rurales, del campo, las selvas y las aguas en memoria de Margarida Maria Alves asesinada el 12 de agosto de 1983 por defender los derechos de las trabajadoras y trabajadores rurales). Ambas marchas este año quieren denunciar en especial las políticas de muerte del gobierno de Jair Bolsonaro que persiguen y asesinan a líderes sociales y aumentan el exterminio de los hombres y mujeres indígenas y de poblaciones racializadas. Luchas que se unen a las de otras mujeres y hombres indígenas que en Colombia, México o Honduras acumulan las mayores cifras de líderes sociales asesinados y desaparecidos. El año pasado 2018 fue sin embargo Filipinas y el gobierno de Rodrigo Duterte quien superó a todos esos países en cifra de líderes ambientales asesinados (el segundo puesto en esa infame lista fue para Colombia), gran parte de ellos nuevamente representantes indígenas que además han sido acusados de terroristas e incluidos en una lista como aconteció con la propia Relatora Especial de Naciones Unidas para los Pueblos Indígenas, Victoria Tauli-Corpuz del Pueblo Igorot. Otras luchas denuncian también estos días los intentos de desacralizar territorios indígenas en Hawaii (EEUU) y Aotearoa (Nueva Zelanda) para construir un telescopio en el volcán aletargado de Mauna Kea o viviendas en el lugar del whānau (comunidad-territorio) de Ihumātao. Este 2019 fue declarado año internacional de las lenguas indígenas, muchas de las cuales están en serio peligro de desaparición por todas estas violencias señaladas. Las luchas son muchas, las resistencias también, pero se precisan más alianzas en todo el mundo y con otros sectores y movimientos sociales para revertir el sistema de muerte que sigue amenazando a la vida, en especial a la defendida por los pueblos indígenas y comunidades racializadas.

Retomando el hilo inicial y tan solo un día después de la conmemoración del día internacional de los pueblos indígenas, el norte del departamento del Cauca en Colombia se convierte nuevamente en escenario de un atentado en contra de los pueblos indígenas y de quienes ejercen el control territorial de sus comunidades con la única defensa de los bastones de mando y la fuerza que da el ejercicio de la unidad. Tres Kiwe Thegnas (guardias indígenas) del pueblo Nasa asesinados (y más personas heridas entre ellas un niño menor de edad, víctimas que suman 6 asesinatos de indígenas en el norte del Cauca

en solo una semana, 5 de ellos guardias indígenas y uno de ellos además The Wala – sabio, médico tradicional, y que desde la entrada de Iván Duque en el gobierno colombiano que ahora cumple el primer año dan la cifra record de 97 líderes indígenas asesinados hasta el 12 de agosto de 2019) en un asalto con armas automáticas a una de las chivas (autobuses) en el que se desplazaba la comunidad y la guardia de la que hacen parte desde la infancia hasta la edad adulta para participar en una Feria que en torno a la producción de café se organizaba en el municipio de Toribío. Región del norte del Cauca que tras la firma de los Acuerdos de Paz entre el anterior gobierno del expresidente Juan Manuel Santos y la entonces fuerza insurgente de las FARC (actualmente entidad política Fuerza Alternativa Revolucionaria del Común) lejos de vivenciar una ansiada paz con justicia, sigue experimentando los impactos de un conflicto que no acabó sino que transmutó y en el que como en buen río revuelto hay quienes quieren obtener ganancias tratando de generar confusión en torno a quiénes están detrás de las amenazas, atentados y asesinatos que tienen en su diana a los pueblos indígenas y afrodescendientes especialmente en el Cauca, pero también en muchas más regiones, de nuevo por sus territorios, de nuevo por sus recursos. Y he aquí que convenientemente aparecen presuntos nuevos actores y se señalan presuntas conexiones trans-estatales hasta con el Cartel mexicano de Sinaloa, bajo cuyo epígrafe han regado las comunidades del norte del Cauca con una nueva hornada de pasquines amenazando a las poblaciones indígenas y afrodescendientes, a sus autoridades, a sus representantes y a sus organizaciones. Amenazas que se suman a las que siempre se mantuvieron por parte de organizaciones y elementos paramilitares que lejos de desmovilizarse con la Ley de Justicia y Paz proclamada por el expresidente Álvaro Uribe Vélez en 2005, han seguido presentes realizando el mismo tipo de amenazas, a las mismas personas y organizaciones, usando la misma denominación Águilas Negras, Rastrojos... mientras los sucesivos gobiernos colombianos trataban de ignorar cuando no ocultar la realidad de ese accionar paramilitar diciendo que en realidad se correspondía con nuevos fenómenos nombradas como BACRIM (bandas criminales) y últimamente como GAO (grupos armados organizados). Hay un interés también por hacer señalamientos hacia esas presuntas conexiones trans-estatales indicando que esos propios carteles mexicanos están apoyando económicamente a determinadas personas y entidades políticas en el actual año de elecciones municipales y departamentales este próximo octubre de 2019. Cabe preguntarse entonces a qué intereses económicos, (para)políticos transnacionales y nacionales les resulta tan conveniente la aparición de estos nuevos actores, por un lado, para desentenderse y despreocuparse de sus responsabilidades hacia las personas, pueblos y organizaciones que están siendo amenazadas, perseguidas, hostigadas, desaparecidas, asesinadas... en unos momentos de pos-acuerdo de paz que no de pos-conflicto; y por otro lado, para posiblemente cuestionar a representantes y entidades políticas de la sociedad civil que pueden lograr alcaldías y gobernaciones y que no hacen parte del aparataje político partidista de la oligarquía y las élites aliadas de los poderes transnacionales que quieren seguir controlando el país y poder expoliar y depredar con más libertad territorios que como en la Amazonía y Orinoquía eran de más difícil penetración antes de los acuerdos de paz. Pensemos bien a quién beneficia lanzar balones fuera señalando hacia México más allá de que también puedan estar detrás de esas conexiones y alianzas.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



ces Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

1 2 9 0

UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Universidade de
Coimbra - Alta e Sã
para a Educaçã
a Ciência e a Cultura
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Neoconservadorismo e colonização da crítica social

AN Original

2019-08-03

Por Luís Fernando Santos Corrêa da Silva

A emergência de novos movimentos conservadores, como fenômeno que afeta as sociedades contemporâneas, assume características particulares em cada contexto social específico. Na Europa, por exemplo, o neoconservadorismo tem assumido caráter predominantemente xenófobo, de negação do estatuto de cidadania aos não-europeus, sobretudo os islâmicos, os africanos e os dotados de pouca qualificação profissional. Já nos Estados Unidos, a retomada do American Way of Life em novas bases e a repulsa aos latinos dão sustentação a um movimento de conservação que encontrou seu ápice na eleição de Donald Trump para a Casa Branca. Por seu turno, no Brasil, o conservadorismo antes latente, passou a se manifestar nas relações interpessoais, nas redes sociais e em movimentos de rua, o que culminou no impeachment de Dilma Rousseff e na eleição de Jair Bolsonaro, de modo a edificar um novo projeto de Estado que unifica fundamentalistas religiosos, anti-intelectualistas, segmentos militares e liberais na economia. No entanto, apesar das peculiaridades locais, a escalada global do neoconservadorismo tem sido marcada pela colonização da crítica social, estrutura costumeiramente relacionada aos movimentos contra-hegemônicos e emancipatórios.

Quando falo de colonização da crítica social quero me referir ao processo de captura do debate público por discursos que propõem soluções simples para problemas sociais complexos, de modo a restaurar uma ordem desigual entendida como naturalmente legítima. Para que a colonização da crítica social alcance seus objetivos, é preciso solapar a alteridade e negar as diferenças. O diferente torna-se o

inimigo público, seja ele muçulmano, estrangeiro, homossexual ou socialista. Normalmente, a crítica social neoconservadora também se sustenta no discurso que evoca um passado glorioso, moralmente superior e economicamente mais próspero. Portanto, trata-se de identificar os causadores das mazelas sociais do presente, inimigos públicos que devem ser combatidos por todos os “cidadãos de bem”, mesmo que para isso seja necessário abandonar critérios éticos básicos, como a garantia de liberdade de manifestação e de pensamento e a própria integridade física dos contrários.

A intensificação da disseminação de informações falsas, as ditas fake news, pode ser entendida como um efeito colateral da colonização da crítica social. Nas fake news, a realidade é reconstruída para mobilizar sentimentos básicos como o medo e a insegurança, de modo que sirva para reforçar esquemas de percepção do mundo que objetivam combater o inimigo comum e conservar a pureza moral. Essa realidade imaginária, assentada em uma ética discursiva deteriorada, contribui para multiplicar um exército de zumbis sociais, sempre ávido por destilar ódio e ressentimento, nas relações face a face, mas também principalmente na internet.

No caso específico do Brasil isso é ainda mais grave. Segundo o Instituto Brasil de Geografia e Estatística – IBGE, o país possuía, em 2018, aproximadamente 38 milhões de analfabetos funcionais, o que representava 29% da população da população na faixa etária dos 15 aos 64 anos. Quando se trata de cidadania, e de capacidade de avaliar criticamente problemas sociais complexos, o analfabetismo funcional assume um contorno dramático, visto que contribui para a incapacidade de identificar a veracidade de informações jogadas nos ventos das redes sociais e que são utilizadas para a formação da opinião. E foi nessa conjuntura que o neoconservadorismo encontrou terreno fértil no Brasil, ao sistematizar percepções preconceituosas e criar inimigos públicos genéricos, como se a corrupção e as



relações espúrias estabelecidas entre os setores público e privado fossem suficientes para explicar problemas sociais que tiveram início no Brasil colônia.

Ainda sobre a realidade brasileira, cabe destacar que a colonização da crítica social promovida pelo pensamento neoconservador ocorreu em um contexto social sem que as bases da sociabilidade desigual tenham sido objeto de revisão consistente em algum momento histórico. Diferentemente da Europa, que vivenciou o Estado de Bem Estar Social dos 30 anos pós Segunda Guerra Mundial, no Brasil, fenômenos como a pobreza e as desigualdades nunca foram enfrentados de modo sustentável, bem como sequer foram entendidos como socialmente injustos por parcela significativa das elites e das classes médias. Do mesmo modo, a herança colonial nunca chegou a ser seriamente problematizada, o racismo seguiu naturalizado e a estrutura patriarcal da sociedade brasileira tem se mantido inabalável ao longo dos séculos. Entre pequenos avanços e profundos retrocessos, os grupos sociais excluídos, sempre numerosos, seguem estigmatizados como responsáveis únicos pelo seu próprio fracasso. Quase sempre considerados desprovidos de virtudes morais, fato que explicaria o fracasso pessoal, os “sem mérito” se tornaram objeto da crítica conservadora como “esse pessoal da Bolsa Família”, “esse povo das cotas”, “essas feminazis”, entre outros qualificativos de cunho pejorativo e preconceituoso.

Se a tarefa histórica dos movimentos progressistas é a de criar caminhos para a emancipação social, e nesse movimento a crítica social possui um papel decisivo, então um questionamento inicial surge no horizonte: Como resgatar a crítica social do domínio conservador, de modo a criar as bases para outra compreensão da realidade social? Nesse ponto, a sociologia e os intelectuais engajados têm um papel importante, na medida em que precisam contribuir para a edificação de um movimento de ruptura com a naturalização da realidade social. É a atitude intelectual fundamentada nos princípios do diálogo de saberes que permitirá a emergência de novas oportunidades históricas. Nesse movimento, o descolonizar assume um novo sentido, que é o de resgatar a crítica social do domínio conservador, de modo a restituir seu sentido histórico e o seu papel contra-hegemônico.



Luís Fernando Santos Corrêa da Silva é sociólogo, doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Possui graduação em Ciências Sociais (bacharelado e licenciatura) e mestrado em Sociologia também pela UFRGS. Foi Investigador Visitante em Estágio Pós-Doutoral no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, Portugal. Atualmente é professor Adjunto IV da Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS, Campus Erechim. Na UFFS, é professor de graduação no curso de licenciatura em Ciências Sociais e também atua como professor permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Tem experiência em gestão acadêmica, nos cargos de Coordenador de

Curso (2010 - 2012) e Coordenador Acadêmico do Campus Erechim (2012 - 2015). É pesquisador dos grupos de pesquisas Grupo de Pesquisas e Intervenções Sociedade, Educação e Desigualdades (SOCIEDUDES), Políticas Públicas, Democracia e Estudos Urbanos/UFFS e do Laboratório Virtual e Interativo de Ensino de Sociologia (LAVIECS/UFRGS). Tem realizado estudos e publicações nas áreas de Estratificação Social e Desigualdades, Sociologia do Trabalho, Sociologia Econômica e Ensino de Sociologia, atuando sobretudo nos seguintes temas: classe média no Brasil contemporâneo, mudanças no mundo do trabalho, mercado de trabalho, trajetórias ocupacionais, novos perfis sócio-ocupacionais e Sociologia no ensino médio.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



ces Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



1290
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sofia
inscrita no Livro do Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Les misérables riches II - Moçambique chora e as mulheres já não dormem

AN Original - Alice Comenta

2019-07-30

Por Teresa Cunha

O modelo baseado em mega-projectos e o extractivismo intensivo seguido por Moçambique tem provocado a degradação das condições de vida da maioria da população no que respeita à habitação, trabalho, segurança e bem-estar, acesso à terra, água potável, sistemas de saneamento, garantia dos modos de vida e de identidade, vulnerabilidade perante desastres ambientais e poluição. Não é pois de admirar que estas diferentes camadas de violência têm provocado deslocações forçadas, o aumento da violência contra as mulheres e as meninas e a destruição de modos de vida, conhecimentos e de regimes de legitimidade da autoridade das mulheres. Neste artigo, o segundo da série sobre Moçambique e o extractivismo, reflecto sobre as deslocações forçadas que estão a ocorrer e alguns dos seus impactos.



Em Moçambique a experiência da deslocação forçada é, infelizmente, recorrente. Sob o poder colonial português as populações foram sendo empurradas e expulsas dos seus locais de vida para permitir a guerra de ocupação, a exploração agrícola intensiva e a mobilidade dos colonos. Sabemos que isso teve impactos fortes nas estruturas da sociedade e reduziu à pobreza a maioria da população. As guerras, tanto a de libertação (1963-1974) quanto a dos 16 anos (1976-1992), que se seguiu à independência, e os anos de conflito político-militar desta década (2013–2017), no centro do país, também foram responsáveis por enormes fluxos de pessoas em fuga ou obrigadas a abandonar as suas machambas, os seus rios, os cemitérios, as casas, as suas árvores, os seus ancestrais, com todos os traumas e perdas que isso implica.

No contexto actual do recrudescimento das actividades extractivas, podemos observar que estas têm implicado sempre o despojo de territórios e a deslocação de enormes faixas populacionais. Este fenómeno, que se tem vindo a chamar de reassentamento, está regulado por um aparato jurídico do qual se destacam a Lei de Ordenamento do Território, Lei nº 19/2007 e o Decreto nº 13/2012 mas que a maior parte das explorações não respeita nem aplica. Para a nossa análise, importa-nos realçar que o uso e a consequente naturalização da expressão 'reassentamento' em detrimento de 'deslocações forçadas' tem várias consequências na forma como se entende, descreve e se pensam as soluções para os problemas criados. Em nosso entendimento, ao designar estes fluxos de pessoas de 'reassentamentos' induz a pensar que se trata de uma busca bem-sucedida de novos locais de vida para as populações que foram movidas depois de indemnizadas pelos seus bens e terras. Segundo sucessivos relatórios e estudos efectuados nos últimos anos isto não parece confirmar-se. Por outro lado, a palavra reassentamento esconde o carácter extremamente violento e coercivo inscrito nesta experiência de ter que, compulsoriamente abandonar o seu território, vizinhança e modos de vida ocultando a economia política que está no seu centro. Por último corre o risco de despolitizar, no âmbito dos debates públicos tanto a nível local, quanto regional ou nacional, o que afinal aconteceu e está a acontecer nas zonas de alto impacto das economias com base na extração maciça, nomeadamente em Inhambane, Zambézia, Tete, Nampula e Cabo Delgado. Outro dado importante é que não existem estudos que determinem com rigor a extensão deste fenómeno. Existem estimativas para cada um dos casos mais conhecidos de expropriação para instalação de unidades de exploração de recursos como os das comunidades de Moatize em Tete, Palma e Namanhumbir em Cabo Delgado. Porém não se conhece a dimensão ao nível nacional e, muito menos, a importância e o perfil da intersecção entre as diferentes formas de violência (guerra, extracção, reordenamento fundiário nas cidades) que estão a provocar estas deslocações forçadas e a efectuar transformações profundas na sociedade moçambicana.

Uma dessas transformações prende-se com a destruição dos modos de vida das pessoas e, portanto, do acesso a recursos vitais e de garantia da dignidade. Vários estudos têm vindo a analisar e a demonstrar como as populações estão a ser afectadas e como os seus modos de vida atacado ou mesmo destruídos. Seja isso na orla marítima, ribeirinha ou no interior, a análise apoiada tanto na observação cuidadosa do terreno, diplomas legais, contexto histórico e cultural, quanto nas narrativas próprias das pessoas que são o alvo deste fenómeno, revela e comprova o carácter destrutivo que estas dinâmicas estão a produzir. Sabemos também que neste quadro as mulheres, são especialmente atingidas. Elas perdem as suas machambas, os campos onde colhem as plantas com que fazem medicamentos, elas perdem as suas casas e as suas redes de apoio e vizinhança, elas perdem a sua autoridade construída e legitimada nas suas comunidades através dos seus conhecimentos ou estatuto construídos à custa da sua idade, da sua posição e função nas famílias. Desenraizadas e despossuídas de muitos dos seus recursos materiais e simbólicos elas sentem, particularmente, o peso da perda da sua dignidade e dos seus modos de se representarem enquanto mulheres. Afastadas dos seus territórios e das tecnologias que dominam para produzir alimentos ou resolver conflitos, elas ficam em uma posição de extrema vulnerabilidade. Mesmo em sociedades de tradição matrilinear, como as sociedades Emakua do Norte do país, a desestruturação tem atingido drasticamente o poder das mulheres. Cada vez mais elas estão sub-representadas ou mesmo ausentes da tomada de decisão no que respeita à expropriação da terra e das condições de indemnização. Para gerar algum rendimento, elas são empurradas para actividades informais arriscadas como a mineração artesanal que substitui a produção agrícola que costumava ser a sua forma de organizar a sua vida e a vida da família. A dificuldade de acesso a água limpa ou potável ou a terras aráveis por efeito das desapropriações e deslocação dos seus territórios de origem para outros com condições mais severas também contribui para o empobrecimento e para a degradação da sua posição no seio das suas comunidades familiares. Associado a isto está o aumento dos riscos de ataques de carácter sexual por terem de percorrer caminhos afastados das suas habitações e que mal conhecem.

Estes impactos recaem desproporcionalmente sobre as mulheres camponesas responsáveis por 60 a 80% da produção de alimentos na África ao Sul do Sahara a quem competem também as actividades quotidianas da economia do cuidado, da casa, família e comunidade. O trabalho diário das camponesas acontece em solos, fontes de água e ar cada vez mais poluídos tendo isso muitos efeitos negativos na sua saúde e na saúde das suas crianças. As mulheres, tanto as camponesas como as operárias são, assim, as que carregam os principais custos e fardo deste modelo de desenvolvimento extractivista na medida em que são as principais produtoras e fornecedoras de comida, são as que buscam e carregam a água e colectam combustível; são as cuidadoras dos mineiros e mineiras e de trabalhadoras/es que operam nas indústrias relacionadas, cabendo-lhes de acordo com a divisão de trabalho, cuidar dos membros doentes da família e comunidade. Em condições de vida precárias, com todos estes trabalhos que desempenham diária e ininterruptamente, as mulheres estão a subsidiar as empresas multinacionais e a libertar o Estado das suas obrigações de cuidar das/dos suas/seus cidadãs/ãos. Ora, o capitalismo extractivista contemporâneo sabe o quanto todo este panorama de trabalho não pago e de vulnerabilidade das mulheres, é uma das condições da sua capacidade de acumulação e concentração de riqueza.

Mas elas não assistem paralisadas a estas desventuras, pelo contrário. No próximo artigo, começamos a desvendar, com elas, as suas estratégias e as alternativas de vida que estão a levar a cabo no seu país e na região da África austral.



Teresa Cunha - Nascida no Huambo em Angola é doutorada em Sociologia pela Universidade de Coimbra. É investigadora sénior do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra onde ensina em vários Cursos de Doutoramento; co-coordena o Núcleo de Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz (NHUMEP), os ciclos do Gender Workshop e Oficinas das Epistemologias do Sul e o Programa de Investigação Epistemologias do Sul. É investigadora associada do CODESRIA e do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. Em 2017, foi agraciada com a Ordem de Timor-Leste pelo Presidente da República Democrática de Timor-Leste. Os seus interesses de investigação são feminismos e pós-colonialismos; mulheres transição pós- bélica, paz e memórias; outras economias e economias feministas; direitos humanos. Tem publicados vários livros e artigos científicos em diversos países e línguas dos quais se destacam: Women InPower Women. Outras Economias criadas e lideradas por mulheres do sul não-imperial; Never Trust Sindarela. Feminismos, Pós-colonialismos, Moçambique e Timor- Leste; Ensaios pela Democracia. Justiça, dignidade e bem-viver; Elas no Sul e no Norte; Vozes das Mulheres de Timor; Timor-Leste: Crónica da Observação da Coragem; Feto Timor Nain Hitu - Sete Mulheres de Timor»; Andar Por Outros Caminhos e Raízes da ParticipAcção.



EPISTEMOLOGIAS DO SUL



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

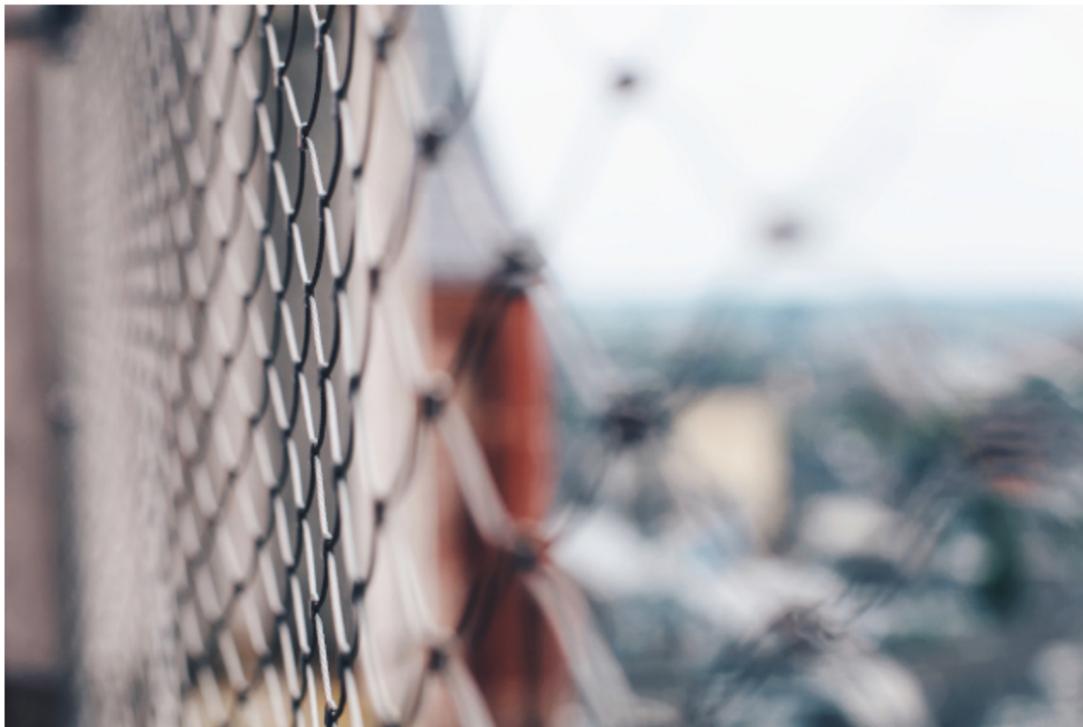
Borderization, security and language: ways of 'othering' and 'de-othering'

AN Original - DeOthering

2019-07-29

By Olga Solovova

This article is part of a serial by the DeOthering project research team, monthly published in Alice News.



We live in an age of mobility: people travel across states and continents, commute between regions and spend weekends in different countries. “Places, technologies and gates” are being developed to enhance people’s **mobilities** by making their travel experiences better, faster and more comfortable. At the same time, other places, technologies and gates are being developed to monitor movements and impose temporary immobilities on other people. These ‘others’ include third country nationals, refugees and asylum seekers whose experiences of travel and mobility have become subject to **‘borderization’**. Borderization is a process of multiplying symbolic and physical borders that targets particular categories of people and applies gates and technologies to render certain places impassable. What makes this process defining for our times, according to Mbembe, is that borderization is activated in the name of security to the detriment of freedom. Its agents are not interested in life trajectories of concrete people, since borderization aims to control movements of entire groups of people. For this, gates and places are created where peoples’ lives and identities get scrutinised in order to become either legitimated or deemed contemptible. In those places of immobilities, people are treated as if they were masses (not even bodies, says Mbembe) devoid of agency. In places of immobilities, human rights get suspended. Mass-media have reported gross violation of basic human rights in detention camps and asylum centres: children get separated from their parents, kept in isolation with limited access to water or medical assistance.

Borderization effects stretch far beyond controlling people’s physical ability to move from one geographical place to another for the sake of security. This process brings people’s social aspirations to a halt, thus marginalising the disempowered groups - the others - socioeconomically. As **Nancy Fraser** puts it, marginal groups end up being culturally mis-recognised and economically discriminated, where neither of the conditions is ‘an indirect effect of the other, but...both are primary and co-original’. In this way, security of some members of society becomes a condition of (re)producing social injustice for the others. Paradoxically, in the age of borderless Europe and globally connected world, new types of borders are being implemented to keep certain groups of people at bay.

Language, or rather discourse (as we want to highlight its societal power), has a very significant **role** to play in the process of borderization. Firstly, it is used as a *categorisation tool*: through it, discursive categories of ‘others’ are created, reproduced and consolidated. Legal discourses may change the course of people’s lives depending on whether they are classified as asylum seekers or illegal migrants; as

refugees or labour migrants; as victims of human trafficking or child terrorists, etc. Fitting into a particular discursive category may translate into a difference between being entitled to subsidies, medical treatments, certain occupations, training and housing or having no right to any of those things, having to live on the streets, or being deported.

Secondly, language acts as a *verification tool*: asylum seekers and migrants, themselves or with the help of translators/interpreters/legal representatives, are expected to appeal to government officers by telling their stories in a procedure whose format was created by government agencies, in a way that would fit the veracity and credibility criteria designed by those institutional actors, and in a language that is often is not their first. In this unfamiliar and unsympathetic environment, asylum seekers have to be able to translate their oftentimes traumatic experiences in a coherent, logical and rational manner. Yet we have to understand that these criteria and procedures (technologies and gates, in Urry's terms) are as rigorous as they are culturally and context-sensitive. More importantly, they lack transparency nor are they open to public scrutiny. As a result, assessment procedures and criteria perpetuate the cultural misrecognition of the others, thus marginalising them even further.

Above all, language acts as a *meaning-making tool*. The others, in the name of security and social mobility, are expected to make sense of their new space in the official languages of that country. Politicians in general, and populists and far-right politicians especially, use this argument ever so often. We do not have to look far for an example: last week In his passionate speech to the Tory party members, Boris Johnson pledged to make all immigrants to learn English. People who share this view continue to see every attempt to speak home languages with suspicion, meaning that 'well-integrated' immigrants had better shed their languages altogether. Were the newcomers to fail to learn the language quickly or to speak it with an accent, they are presented as not trying well enough. Numerous studies that show that success in language learning depends on a multitude of factors that often lie outside of the learner's control (e.g. age, race, gender, class, religion, prior education, socioeconomic status, socialisation patterns - and sheer luck, adds **Piller**) are ignored or disregarded.

So how the marginalised others can become empowered to have a better share of society's symbolic resources? A political philosopher Nancy Fraser proposes affirmative and transformative actions, where the *affirmative action* has to do with recognising the uniqueness and rights of marginalised groups to a more equitable distribution, whereas the *transformative* one envisions a deconstruction of identities of the stigmatised. Drawing on Fraser's transformative approach, a South African sociolinguist Christopher Stroud called for a comprehensive *political* stance on language. He coined a concept of '**linguistic citizenship**' that "relocates language into the people's real social, geo-graphical and emotional space and time". Its central argument consists in the full commitment to democratic participation, with an emphasis on cultural and political voice of the disempowered groups and grassroots activity. Linguistic citizenship means considering the whole complexity and unpredictability of linguistic practices - including mixed, low-status and transgressive ones - as relevant to socioeconomic well-being and containing a potential for transformation and empowerment. As it calls for recognition and engagement with the linguistic diversity in its connection with the political voice, linguistic citizenship represents a de-colonial concept that can be instrumental in reversing or weakening borderization effects on people's lives and identities.



Olga Solovova is a member of the Humanities, Migrations and Peace Studies Research Group, holds a PhD in Modern Languages and Literatures (Sociolinguistics), awarded in 2014 by the School of Arts and Humanities, University of Coimbra. At CES, Olga Solovova co-coordinates, together with Dr Maria José Carvalho (North-South Library), the organisation and implementation of the 3rd annual series of advanced training workshops "Publish do not Perish: Survive the Stampede" designed for early career researchers. Solovova is also the scientific consultant for the ongoing national project "(De)Othering: Deconstructing Risk and Otherness in the Media", coordinated by Dr Gaia Giuliani and Dr Sílvia Roque. Solovova is currently a Marie Skłodowska-Curie postdoctoral

research fellow at the Centre for Multilingualism in Society across the Lifespan (MultiLing) at the University of Oslo, Norway, with the project on the role of Russian language in the multilingual economy of the borderland region between Norway, Russia and Finland. Olga Solovova's research interests include language ideologies and policies, the discursive construction of cultural identity in multilingual societies, multilingual and biliterate literacy practices, and semiotic approaches to the social construction of space.



EPISTEMOLOGIAS
DO SUL



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



As bibliotecas coloniais e o privilégio de omitir o poder. Vale a pena ir além da bibliometria?

AN Original - Alice Comenta

2019-07-23

Por Sara Araújo

No momento de publicação deste artigo terão passado três semanas do encerramento da quinta edição da **Escola de Verão das Epistemologias do Sul**. Este curso é parte de uma oferta de formação de curta duração disponibilizada pelo CES. Desde 2014, anualmente, promovemos um espaço de encontro entre geografias, saberes e percursos heterogêneos na academia e/ou no ativismo. O encontro extravasa o registo científico convencional e funciona como laboratório social ativo onde se experimenta a **ecologia de saberes**. Palestras, oficinas de arte e metodologias, concertos, passeios, saraus de poesia, discussão de filmes, espaços de trabalho e, igualmente importante, tempos de convívio vão aproximando participantes e formadores/as ao longo de nove dias. As emoções não estão ausentes e temos preferido o custo e o caos do uso de três línguas à exclusão de quem não domina a língua hegemónica. A escola faz-se de gestos solidários e aprendizagens recíprocas que permitem fortalecer o nosso contributo para as lutas sociais e sustentam a convicção de que vale a pena a aposta, ainda que contra a obsessão bibliométrica, que, combinada com precariedade científica e uma lógica individualista que contamina todos os lugares, atormenta as universidades e os centros de investigação e, humanize-se o argumento, os/as investigadores/as que fazem andar essas instituições.

O projeto **Alice**, que deu origem a esta escola de verão e encerrou formalmente em 2016, propunha que a Europa aprendesse com o Sul, invertendo a trajetória colonial de circulação do saber e desafiando as linhas com que se cose o cânone eurocêntrico. Tinha com subtítulo **“espelhos estranhos, lições imprevistas”** e é com a metáfora dos espelhos que nos refletem e com que vemos o mundo que continuo a reflexão. Vem a propósito da transição entre os dias passados com quem faz da vida um lugar de luta contra as opressões coloniais, capitalistas e sexistas e a discussão pública em Portugal em torno do racismo, que desaguou num debate sobre hierarquia entre culturas, que imaginava extinto entre gente de bom senso, ou seja, entre pessoas que, mesmo não percebendo as continuidades coloniais no presente, reconhecem que o colonialismo não devia ter acontecido. Estamos em 2019 e há ainda quem considere legítimo discutir hierarquias culturais sem falar da história das relações de poder e de violência. O despudor de alguma opinião que ocupa lugares privilegiados no espaço público, ao exibir com arrogância o saber construído entre as paredes das

bibliotecas coloniais, intocado pela filosofia de outros lugares e pelo som do que vai pelas ruas, não para de me espantar. Quase sempre brancos, quase sempre homens ocupam privilégios como se fossem conquistas e isso reflete-se na forma como mostram o mundo e consequentemente como a opinião publica o vê. Outros espelhos são precisos.

Os espelhos distorcem. A imagem que temos de nós e do mundo varia em função do tipo de distorção produzida e de quem cabe nos reflexos. No projeto Alice, e de um modo geral no trabalho do diretor do projeto, Boaventura de Sousa Santos, os espelhos, como os mapas, constituem uma metáfora que convida a observar o mundo a partir de diferentes perspetivas. Conhecer mais sobre outros lugares inclui o que é geograficamente próximo, mas escapa às regras impostas por quem tem poder para as impor. Os espelhos estranhos permitem saber mais da nossa sociedade, identificar limites do nosso conhecimento e perceber as invisibilidades produzidas pelos instrumentos conceptuais e metodológicos de que dispomos. São uma proposta de alargamento de perspetivas a partir de lugares quase sempre



classificados como inferiores, com o horizonte de irmos além das leituras de horário nobre, mas incapazes de sustentarem alternativas reais.

O exercício de nos vermos a um espelho estranho é complexo. Olhos eurocêntricos observam o mundo por defeito, identificando o que foge às regras da modernidade eurocêntrica como atraso ou ignorância. Inábeis para perceberem o reflexo dos seus limites, sobrepõem diferença e inferioridade. É isso que permite produzir observações como a de que há culturas superiores a outras. Aos olhos de quem? De acordo com que critérios de valor e rigor? Porque valem mais esses critérios? Sem tocarmos estas questões, a discussão é desonesta ou ignorante. Não se trata de defender o relativismo, mas de colocar a questão do poder em cima da mesa e não permitir que apenas um dos lados defina que cartas é que contam como trunfo. Também não defendo apenas a tolerância, que convive sem contaminações, mas a possibilidade de vermos, ouvirmos e sentirmos para além dos limites impostos por uma cultura que é local por mais que reivindique que vale para qualquer lugar.

Para quem foi formado numa cultura eurocêntrica, o exercício de desaprender o cânone e provincializar o alegado conhecimento universal, que afinal é só europeu, exige alguma prática. Não se trata de desprezar a cultura ou o conhecimento produzido na Europa, mas de ser capaz de lhe perceber as ausências e as possibilidades de enriquecimento a partir de outros lugares, culturas, saberes. Volto agora à Escola de Verão. O exercício de passar mais de uma semana com quem carrega outros percursos e outras experiências de luta permite-me aprender o que não cabe nos livros, porque extravasa os limites da **razão fria**. O capitalismo, o colonialismo e o patriarcado souberam dividir para reinar, encobrendo as estruturas opressivas que insistem em pressionar-nos para ocuparmos o lugar que nos foi destinado com narrativas de liberdade e possibilidades de sucesso, reiteradamente assentes nos indivíduos. Foi ao espelho de outros lugares, por exemplo, de outras mulheres e outras narrativas de luta e sucesso que identifiquei pela primeira vez a violência do individualismo contido nos discursos liberais do feminismo. Desengane-se quem acredita que só as mulheres do sul têm a aprender com as do norte.

O sucesso da escola de verão deve-se, em grande medida, às candidatas e aos candidatos que atraí, gente que recusa sentar-se a ver a opressão passar e, na universidade ou na rua, procura conhecer para transformar, construindo, à revelia das caixas disciplinares, extravasando os limites impostos pela razão científica e usando combinações de conhecimentos improváveis, saberes relevantes para as lutas sociais. As lutas que quase nunca contam têm lugar de destaque e, mais importante do que estudar o que se vê, é identificar quem estamos a invisibilizar. E não somos poupados/as. Os/as participantes querem ali mais pessoas negras, mais pessoas ciganas, mais mulheres em posições de destaque. Nós também. Na escola vemo-nos ao espelho um/as dos/as outros/as, identificamos mutuamente as ausências que produzimos e fortalecemo-nos coletivamente.

É fácil hostilizar estes lugares e o saber que é produzido nestes termos, obrigando quem acredita na possibilidade de outro mundo à extenuante tarefa de ter que se defender numa linguagem canónica que é demasiado limitada. Por isso são tão importantes os lugares de afeto onde é possível quebrar as correntes bibliométricas e o provincianismo de quem recusa aprender a linguagem de mais que um lugar. Um provérbio africano citado com frequência nos estudos pós-coloniais diz que “enquanto os leões não tiverem os seus próprios historiadores, a história da caça continuará a glorificar os caçadores”. Percebemos hoje que até o provérbio invisibiliza o papel da leoa, a caçadora. O privilégio masculino e branco é forte, mas a luta está a fazer-se e progressos acontecem pela mão de quem exercita a coragem de não abdicar das versões alternativas e luta para superar as **linhas abissais** que separam o mundo que conta daquele que não cabe nos espelhos modernos.



Sara Araújo doutorou-se em sociologia do direito pela Universidade de Coimbra, com uma tese sobre pluralismo jurídico e Epistemologias do Sul. Fez parte da equipa de coordenação do Projeto *Alice – Espelhos Estranhos Lições Imprevistas* (B. S. Santos ERC Advanced Grant), hoje transformado em Programa de Investigação em Epistemologias do Sul. Pertenceu ao Observatório Permanente da Justiça (2003-2005), mantendo ainda ligações de colaboração, nomeadamente no âmbito de atividades de investigação e formação (UNIFOJ). Integrou a equipa binacional para a reforma da justiça em Moçambique (2003-2004), foi membro da equipa de investigadores/as do Centro de Formação Jurídica e Judiciária de Moçambique (2005-2006) e investigadora associada do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (2008-2010).

Participou recentemente na realização de um *Estudo Diagnóstico da Justiça em Timor-Leste* e é atualmente investigadora do projeto europeu *ETHOS - Towards a European Theory Of Justice and fairness*. É cocoordenadora da Escola de Verão das Epistemologias do Sul. Publicou capítulos e artigos científicos sobre pluralismo jurídico em Moçambique e em Timor-Leste, Epistemologias do Sul e descolonização do Estado e do direito. Organizou um elevado número de eventos científicos e, enquanto parte dos desafios lançados pelas Epistemologias do Sul, concebeu e organizou múltiplas atividades que combinam ciência, arte e conhecimentos nascidos nas lutas sociais (concertos, conferências-concerto, palcos de ecologia de saberes, performances, exposições, oficinas da UPMS, fóruns, tendas Paulo Freire, entre outros). Em 2008, recebeu o prémio Agostinho da Silva, atribuído pela Academia de Ciências de Lisboa.



EPISTEMOLOGIAS DO SUL



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



Universidade de Coimbra - Arte e Cultura inscrita no Livro do Património Mundial em 2012



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

A 10 años del Golpe de Estado en Honduras: Militarización, Crisis política, económica y humanitaria

AN Original

2019-07-18

Por Jessica Fernandez Norales

El éxodo de miles de hondureños, adultos y menores, que huyen de la pobreza, la violencia y la represión continua se ha hecho más visible, desde el 12 de octubre del 2018 cuando una multitudinaria “caravana” partió con destino a Estados Unidos de América en busca de mejores condiciones de vida y en búsqueda de seguridad. Sumado a esto, en las últimas semanas se han realizado protestas en todo el país para exigir, no solamente, la derogación de decretos ejecutivos que pretenden la privatización de la salud y la educación, sino que, además las protestas exigen la salida del presidente de la Republica, Juan Orlando Hernandez.

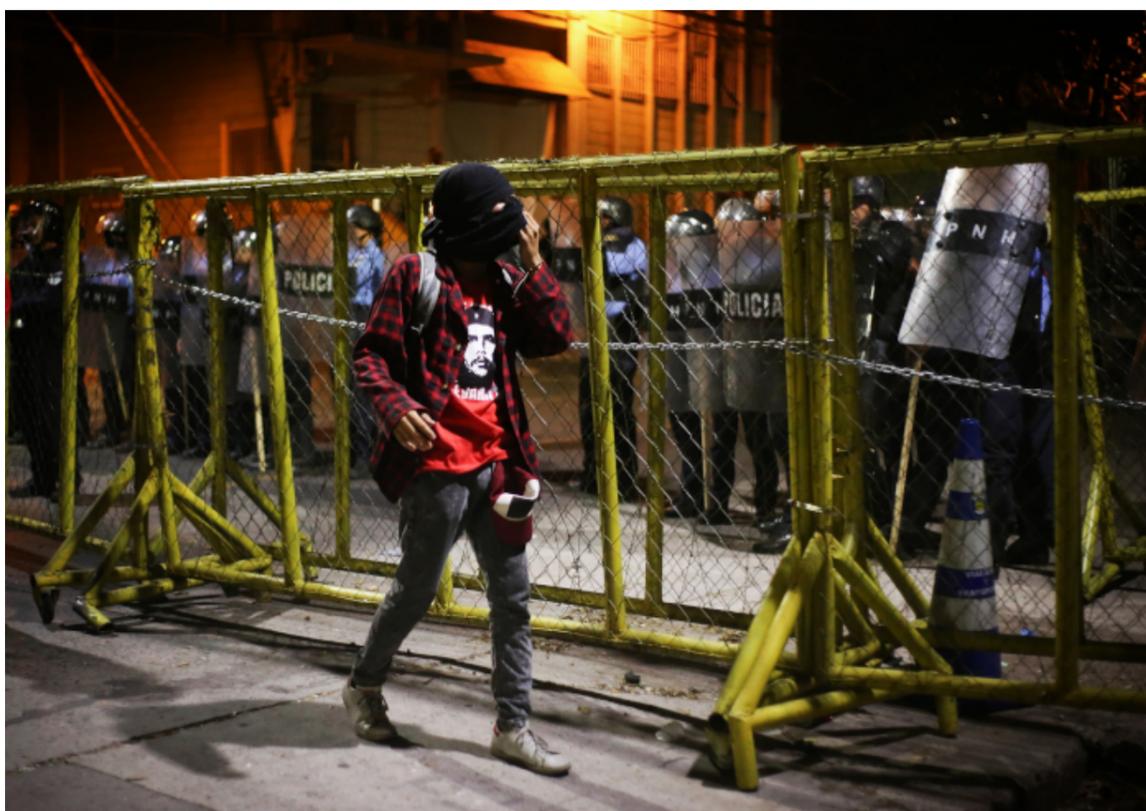


Foto: @Délmer Membreño Aguilar

En este contexto, el país ha sido completamente militarizado y se ha intensificado la criminalización de líderes sociales y estudiantiles. Como fue el caso de los estudiantes de la Universidad Nacional Autónoma de Honduras, que el 24 de junio fueron atacados por militares dentro de ese centro de estudios. Ese espacio de construcción de conocimientos, de creación y articulación de luchas y reivindicaciones, se convirtió por unas horas en un epicentro de violencia y caos.

Honduras atraviesa una crisis económica, política y humanitaria profunda y las heridas que fueron abiertas por acontecimientos del pasado, se encuentran latentes. El 28 de junio de este año (2019) se cumplieron 10 años del Golpe de Estado en Honduras que conllevó la salida violenta del presidente José Manuel Zelaya y que fue perpetrado por grupos de poder político y económico del país avalados por Gobiernos extranjeros. Esta etapa traumática, no ha sido superada, al contrario, en los últimos años se ha ido transformando hasta pretender consolidarse en una dictadura que es sostenida mediante la violencia, la militarización, la impunidad, el despojo de tierras, criminalización y persecución de los defensores de los derechos humanos.

Después de las elecciones presidenciales en noviembre de 2017, fue instituida en Honduras una nueva modalidad de Golpe de Estado. Diversos sectores de la sociedad denunciaron un fraude electoral y la reelección inconstitucional del actual presidente Juan Orlando Hernández ante observadores internacionales y organizaciones de derechos humanos. Pese a las multitudinarias manifestaciones durante los dos meses siguientes, donde, tal como fue constatado en el informe de la Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos (ACNUDH), 23 personas fueron

asesinadas en el contexto de la crisis post electoral, 16 de ellas por la policía militar y aproximadamente 1351 personas fueron encarceladas.

En esta particular situación es relevante hacer referencia a lo que menciona el autor africano Kwame Nkrumah cuando dice que los Golpes de Estado reaccionarios y proimperialistas demuestran la derrota del imperialismo y sus aliados, por lo que, al no poder usar de los métodos tradicionales, utilizan las armas para detener el avance de ideas socialistas y reprimir las masas. En Honduras la auditoria social presente durante el proceso electoral de noviembre de 2017, no permitió la manipulación en el conteo de los votos, por lo que la imposición y continuidad del gobierno solo fue posible mediante el uso de la fuerza y la violencia militar y policial. Estos hechos han sumergido al país en una profunda crisis política y humanitaria.

Durante décadas Honduras ha sido usado por Estados Unidos como base para ejercicios militares en Centro América. Bases militares, suministro de armas y entrenamientos de escuadrones especiales han sido financiados con capital norteamericano. Sin que esto sea una búsqueda de soluciones a los problemas de violencia y muertes violentas en ese país. Ya que, pese al financiamiento millonario de Estados Unidos durante las últimas décadas, según datos de organización Human Rights Watch Honduras tiene seis veces más muertes violentas que el promedio mundial, con una tasa de 42 homicidios por cada 100,000 habitantes.

Claramente se necesita una gran inversión para mantener un régimen basado en la represión. En los últimos 6 años el presupuesto de defensa y seguridad ha aumentado más que lo destinado a la salud, la educación y otros servicios sociales básicos. La Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) indica que los altos índices de pobreza en Honduras son preocupantes con 67,4% el índice más alto en América. Pese a esto los esfuerzos y financiamientos están siendo dirigidos para la compra de armas y equipo bélico.

En 2016 el Gobierno de Honduras suscribió un convenio bilateral con Israel para fortalecer las Fuerzas Armadas. Por lo que en 2019 mil soldados israelitas ingresaron al territorio hondureño para entrenar policías y militares en áreas de protección de fronteras y espionaje. No es casualidad que un país que ha sido denunciado internacionalmente, por abusos y asesinatos de menores palestinos en la frontera de Gaza, es quien entrena la policía fronteriza, en un momento de crisis migratoria donde los principales afectados son menores de edad. Una crisis migratoria que se entrelaza con la crisis económica y en materia de seguridad que afecta a la población en general y con mayor énfasis los y las jóvenes, a las poblaciones indígenas, negras y campesinas.

Una de las mayores motivaciones del golpe fue la consolidación de un modelo neoliberal extractivista que persigue, amenaza y criminaliza las luchas por los derechos y por la vida. En los últimos 10 años se han aprobado diversas leyes y proyectos que promueven el desarrollo económico a partir del extractivismo. Estas acciones incluyen el despojo, la concesión de ríos y de territorios ancestrales en todo el territorio nacional, con un claro enfoque en proyectos de minería, energías renovables y no renovables, monocultivos, privatización de servicios públicos y las controversiales Zonas de Empleo y Desarrollo Económico (ZEDE) que atentan contra la soberanía del país.

Con base en estos hechos, el futuro del país parece incierto. Mientras los tres poderes del Estado continúen dependientes del presidente de la República, cuya familia ha sido vinculada con el narcotráfico y quien además controla las fuerzas militares. La crisis humanitaria derivada de la crisis política y económica se continuará manifestando con mayor fuerza en la migración forzada, los altos índices de asesinatos de estudiantes y defensores de derechos humanos, la impunidad, la coartación de la libertad de expresión y la criminalización de las protestas. Los conflictos continuarán latentes mientras existan movimientos sociales denunciando y resistiendo en diversas formas las acciones represivas del Estado.



Jessica Fernandez Norales es candidata a doctora en Estudios de Desarrollo en el Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidad de Lisboa. Investigadora em el Centro de Estudios sobre Africa, Asia y América Latina.



EPISTEMOLOGIAS DO SUL



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Organização dos Estados Americanos



Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.